EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PRÁTICAS EM SALA DE AULA: UMA QUESTÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DESAFIOS DE UMA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO FORMAL

ANDREIA RODRIGUES DA SILVA

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões sobre educação antirracista e resultados de uma pesquisa desenvolvida com professores, discutindo sobre raça/etnia em sala de aula. Apresento os resultados de uma observação de sala de aula. Os referenciais teóricos utilizados são referenciais da educação antirracista de Gillborn (1995). Os resultados da pesquisa demonstram que a maneira de ensinar da professora pode enviar várias mensagens para seus/suas alunos/as, maneiras essas que refletem o contexto sóciocultural brasileiro. Concluo que há uma necessidade de um tempo longo de formação continuada sobre o tema raça/etnia para que os professores se sintam melhor preparados para abordar o tema raça/etnia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista. Racismo. Práticas em sala de aula.

Formação de professores.

INTRODUÇÃO

Neste artigo trago um histórico da Educação Antirracista que é muito utilizada no contexto da Inglaterra, Canadá e no Brasil, para discutir as relações raciais e práticas em sala de aula, atrelando as discussões acerca de formação de professores. A pesquisa que apresento neste artigo foi feita com professores em um curso de formação continuada, que teve a intenção de produzir para materiais de ensino sobre o tema raça/etnia, para que professores pudessem aplicar os materiais produzidos com seus alunos. Embora vários professores participassem, neste estudo apresento somente o resultado da observação de uma professora, aplicando o material desenvolvido por ela. Dessa forma, em primeiro lugar, apresento um histórico da educação antirracista. Em segundo lugar, trago discussões sobre educação antirracista no Brasil. Em terceiro lugar, discuto a metodologia. Em quarto lugar, apresento o contexto de análise. Em quinto lugar, trago a análise dos dados e, finalmente, as considerações finais.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

De acordo com Dei (1996), o discurso da teoria antirracista se iniciou na GrãBretanha, antes de emergir no Canadá, na Austrália e nos Estados Unidos. No que se refere ao Brasil, recentemente pesquisas têm utilizado o termo antirracismo como apresento na próxima seção. Apresento algumas das implicações do uso da terminologia antirracista. De acordo com Troyna e Carrington (1990, p. 1)2 , Educação Antirracista considera os seguintes fatores:

Educação antirracista refere-se a uma vasta variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com o objetivo de promover a igualdade racial e para eliminar formas de discriminação e opressão, tanto individual como institucional. Essas reformas envolvem uma avaliação tanto do currículo oculto como do currículo formal.

Ladson-Billings e Tate, no contexto dos Estados Unidos, afirmam que:

Embora ambos, classe e gênero podem fazer a interseção com raça, como variáveis sozinhas não explicam todas as diferenças aparentes de aprovação educacional que há entre alunos brancos e alunos de cor. De fato, há alguns evidenciais que sugerem que mesmo quando nós mantemos constante para classe, os estudantes de classe média africano-americanos não alcançam o mesmo nível que os seus colegas brancos. (LADSON--BILLINGS; TATE, 1995, p. 51).

Apple (1999, p. 9) destaca a importância de utilizar o termo raça. Em seu artigo A presença ausente da raça nas reformas educacionais (The absent presence of race in educational reform), Apple afirma que:

Somente por perceber raça que nós podemos desafiá-la [...]. Ao colocar raça bem diante de nós, 'nós podemos desafiar o Estado, as instituições da sociedade civil, e nós mesmos, como indivíduos para combater a herança de desigualdades e injustiças herdadas do passado' e continuamente reproduzidas no presente (OMI; WINANT, 1994, p. 159, citado APPLE, 1999, p. 9, grifo do autor).

As pesquisas feitas por Brandt (1986) e Gillborn (1995), no Reino Unido, por Ladson-Billings (1998), nos Estados Unidos, e por Dei (1996, 2000), no Canadá, demonstraram que a utilização de terminologia no campo de raça faz a diferença. Entendo raça como historicamente e socialmente construída, e etnia como geralmente associada a grupos que dividem uma mesma identidade cultural

(religião, cultura, história, língua etc.). De acordo com Brandt (1986, p. 125), "[...] o objetivo de educação antirracista deve ser, por definição, de oposição". Brandt (1986) também analisa o uso da língua na abordagem antirracista e ele conclui que a linguagem utilizada na abordagem antirracista tende a incluir palavras como

"racismo", "igualdade de direitos humanos", "justiça", "estrutura" e "poder", po-

dendose, com isso, "desmontar, decompor, reconstruir". (BRANDT, 1986, p. 121). Minha ênfase em trazer o conceito de Educação Antirracista é porque pesquisas nessa área mostraram que a Educação Antirracista explicitamente nomeia assuntos de raça e de justiça social, de igualdade racial/étnica, assuntos relacionados a poder, a exclusão, e não somente atentos aos aspectos culturais. Vários são os exemplos de pesquisadores que discutem a questão racial/étnica, usando a perspectiva antirracista, no exterior (BRANDT, 1986; DEI, 1996, 2000; EPSTEIN, 1993; GILLBORN, 1995; GILROY, 1992), bem como no Brasil (CAVALLEIRO, 2001;

D'ADESKY, 2001; FERREIRA, 2006, 2007, 2008, 2011; MUNANGA, 1996; BRASIL, 1998a, 1998b; dentre outros). Considerando a educação antirracista, uma pesquisa conduzida por Gillborn (1995) e relatada em seu livro Racismo e Antirracismo em Escolas Reais, demonstra os resultados da implementação de um trabalho antirracista nas escolas. Ele observou a escola como um todo e, em suas conclusões, ele enfatiza que, "Se o antirracismo é algo para ser considerado mais do que retórico, o envolvimento de todas as pessoas envolvidas na escola é crucial." (GILLBORN, 1995, p. 129).

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Há um número crescente de estudos utilizando o termo antirracismo (BERND, 1994;

BRASIL, 2005a; 2005b; CAVALLEIRO, 2001; D'ADESKY, 2001; GUIMARÃES, 1996, 1999; MUNANGA, 1996). E, mais recentemente, após a aprovação da Lei nº

10.639/2003, que tornou o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2005) obrigatório na Educação Básica pública e privada, muitas publicações surgiram, utilizando a nomenclatura. Um livro publicado recentemente, organizado por Cavalleiro (2001) e intitulado O Racismo e o Anti-racismo na Educação: repensando a nossa escola, aborda o conceito de Educação Antirracista. Todos os artigos discutem questões de igualdade em relação aos alunos negros. O artigo de Cavalleiro (2001), intitulado Educação Anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor, foi baseado em sua pesquisa sobre a interação entre adultos e crianças no ambiente escolar. Ela fez observações durante um período de oito meses, em 1998, em três salas de aula, e também entrevistou alunos e professores. Em suas conclusões, ficou evidente que, no ambiente escolar, houve uma falta de presença dos estudantes não-brancos, representados em livros, fotografias ou cartazes nas paredes das escolas. Ela também constatou uma falta de respeito pelos alunos não-brancos, evidenciou xingamentos e uma inadequação nas respostas dos professores com relação a estes comportamentos. Ela também notou um tratamento diferente dado aos estudantes não-brancos, em comparação com a maneira como os professores interagiram com os estudantes brancos. Cavalleiro (2001) sugere ações a serem tomadas em uma educação que trabalhe em prol da igualdade, e também incluiu, em sua discussão, oito características de uma Educação Antirracista:

1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.

2. Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.

3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitosas.

4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as os/as alunos/as.

5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.

6. Busca materiais que contribuam para a eliminação do 'eurocentrismo' dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de 'assuntos negros'.

7. Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.

8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e de alunas pertencentes a grupos discriminados (CAVALLEIRO, 2001, p. 158).

Contexto para análise

Demonstro a aula da professora em forma de história. A história foi nomeada como: Há somente uma história do Brasil. A professora, neste estudo, fornece uma história dominante sobre raça no Brasil através de sua prática – trata-se de sua maneira de ensinar. A maneira de ensinar da professora pode enviar várias mensagens para seus/suas alunos/ as, maneiras que refletem o contexto social da professora. Serei a contadora da história da aula, através da análise da aula que observei. Bell, pesquisadora da teoria racial crítica, afirma que:

[...] histórias não são simplesmente produções individuais, mas culturais e ideológicas também. Porque nós produzimos e comunicamos histórias dentro de um contexto social, as histórias que contamos são aquelas que são 'culturalmente disponíveis para os nossos dizeres' (EWICH; SILBEY, 1995) e, portanto, refletem e reproduzem as relações

sociais existentes. Isto é tão verdade para o tema da raça/racismo como para qualquer outro tema de contar histórias. (BELL, 2003, p. 4, grifo do autor).

Concordo com Bell porque, quando a professora ensinou, nesta pesquisa aqui analisada, a questão de raça/etnia em sala de aula, a professora, de uma forma ou de outra, reproduziu relações sociais existentes, apesar da participação da oficina sobre o assunto e que culminou na produção do material que ela utilizou em suas aulas. Consequentemente, a forma como a professora ensinou, ao mesmo tempo contou sua história da forma de ensinar e também mostrou as relações sociais existentes. A discussão que faço é sobre a forma de ensino sobre raça/ etnia da professora. Na análise propicio um entendimento de como a professora ensinou o conteúdo de raça/etnia e não estou, em momento algum, criticando a professora pessoalmente. Em vez disso, quero salientar a falta de preparo da professora por parte dos seus cursos de formação e por parte das secretarias municipais e estaduais de ensino, que não lhes dão suporte pedagógico para tratar adequadamente com tais questões, embora não se possa deixar de considerar todo esforço que tem sido feito por parte do governo federal, através do SECAD4 e SEPPIR5 , com os incentivos dos editais de cursos de formação continuada sobre a questão étnico-racial, bem como alguns esforços feitos por algumas secretarias municipais e estaduais de educação e pelas universidades através dos NEABs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros). Aponto também o contexto sociocultural do qual a professora faz parte, porque a professora vive e trabalha em um contexto específico da sociedade brasileira, onde é quase inevitável que ela irá reproduzir seu contexto sociocultural através de seus ensinamentos. Vou fazer uma tentativa de mostrar as prioridades da professora na aula nos exemplos que se seguem. Trago também alguns exemplos de interação entre professor/a-alunos/as e entre aluno/aaluno/a, discutindo raça/etnia nas aulas de ILE.

Análise e discussão dos dados

Há somente uma história do Brasil

Ambiente de trabalho: A aula da Elisa ocorreu em uma 8ª Série. Do seu grupo de 29 alunos, 14 eram do sexo feminino e 15, masculino. Desses alunos, onze se classificaram como brancos. Cinco desses alunos eram afrodescendentes (de acordo com as informações que haviam prestado sobre sua família), um se classificou como Preto, 15 se classificaram como pardos, e dois estudantes se classificaram como outros (dois morenos). Na escola em que ensina Elisa há 50 professores, dos quais ela era a única professora negra.

Elisa decidiu iniciar a aula fazendo algumas perguntas. O assunto que ela iria discutir era sobre personalidades famosas que colaboraram com os direitos civis dos Afro-descendentes ao redor do mundo. Ela iniciou as reflexões fazendo a seguinte questão: "Quais são as pessoas que lutaram em favor da igualdade racial no Brasil e no mundo? E por quê?" Alguns deles responderam da seguinte forma:

Estudantes: "Princesa Izabel".

Docente: Princesa Izabel assinou o documento, mas ela foi obrigada a assinar.

Docente: Lembram-se de qualquer outro?

Aluno: Nelson Mandela.

Professora: Que tal na literatura? [silêncio]

Docente: Machado de Assis, Castro Alves (escritores brasileiros negros).

Professora: Que tal seriais de TV? Chiquinha Gonzaga (músico negro)

Embora as respostas dos alunos fossem ingênuas, foram às respostas que estão em sintonia com a história oficial fornecida pelo livro didático brasileiro6 . Os estudantes reiteraram as narrativas da história aceita oficialmente. Princesa Isabel era um membro da família real, que assinou a Lei Áurea, em 1888, que aboliu a escravidão no Brasil. As respostas dos alunos sobre a Princesa Isabel mostraram claramente que no Brasil existe apenas uma história oficial do Brasil, e que a história não leva em consideração as lutas dos negros afrodescendentes e as suas contribuições para a história brasileira. Os estudantes não mencionam qualquer outra pessoa, porque não conhecem nenhuma, os seus livros didáticos de história são Eurocêntricos.

A Professora Elisa contribuiu para o debate, acrescentando outras informações sobre escritores e músicos brasileiros negros. A professora utilizou das estratégias para uma educação antirracista em que "O professor estimula os alunos a dizer o que eles têm ouvido ou pensam sobre um assunto, sem ser demasiado vigiado por medo das interpretações dos outros" (GILLBORN, 1995, p. 145), conforme mencionado no Quadro 1. A resposta dos estudantes às perguntas da professora revelou que a visão dos alunos sobre a história do Brasil está em conformidade com a história fornecida pelos livros didáticos, que também representam a cultura da escola. A professora passou a perguntar quem seriam as pessoas que sofriam preconceito na sociedade brasileira:

Alunos: Contra negros, contra os homossexuais.

Professora: preconceito cultural.

Aluno: preconceito social.

Mais uma vez, parece evidente que os estudantes estão bem conscientes de que os negros enfrentam situações de preconceito e racismo na sociedade brasileira.

"Negros" é o que vem em primeiro lugar nas suas respostas para a professora. Isto está de acordo com os pesquisadores Troyna e Selman (1991, p. 13)7 , que destacaram que o racismo era quase sempre associado com a presença do negro. Enquanto Elisa estava explicando o exercício, um dos alunos disse para um de seus colegas no grupo:

"Porque é que eles só falam de pretos?"

Isto pode indicar a resistência dos alunos ao falar sobre o assunto. Essa resistência pode ter acontecido porque alguns alunos sentem que há muita discussão sobre questões do negro na sala de aula. Ou seja, estavam habituados com um currículo eurocêntrico. O estudante fez aquele comentário, porque durante a aula anterior eles tiveram outro texto, que foi discutido sob o mesmo tema. Isto significa que, se os alunos estavam conscientes da temática discutida, no entanto, se tivessem participado do planejamento de suas aulas, eles saberiam porque eles estavam a discutindo o assunto. A inclusão de alunos no planejamento das aulas é um dos temas sugeridos, a serem considerados em escolas que trabalham em prol de uma educação antirracista. Uma vantagem disto é que existe uma maior possibilidade de que eles pudessem contribuir mais plenamente para a aula que está em ressonância com a educação antirracista (GILLBORN, 1995). A discussão do tema da raça/etnia na sala de aula de Elisa foi decidida pela professora sozinha, como alguém interessado no assunto, mas não foi planejada na escola.

Considerações finais

Por um lado, a professora chegou a participar da oficina como uma forma de desenvolvimento profissional, para que fosse possível tornar-se mais crítica e reflexiva acerca da sua própria prática. Por outro lado, a professora tem que superar vários obstáculos para colocar a educação antirracista em prática. A prática da professora mostra que ela precisa de um longo prazo para discussão sobre a questão da raça/etnia, para que possa refletir sobre suas próprias práticas e a forma como ela reproduz seu contexto cultural e social através das suas aulas. Webb afirma que:

Ajudar os professores a compreender suas próprias suposições e crenças sobre outros grupos raciais e étnicos têm um longo caminho no sentido de ajudar que os professores compreendam como sua forma de ensinar (prática pedagógica) pode ser melhor ajustada para atender as necessidades de todas as crianças (WEBB, 2001, p. 251).

A prática pedagógica da professora no tema raça/etnia é muito importante, no sentido de que o seu tratamento desta questão, nas suas aulas diárias, é algo que deve ser discutido com os alunos e, ao mesmo tempo, desafiá-los. Ladson-Billings afirma que:

[...] a compreensão dos professores da saliência de raça na educação e na sociedade, isto nos mostra a necessidade de tornar o racismo explícito para que os alunos possam reconhecer e lutar contra esta forma particular de opressão. (LADSONBILLINGS, 1998, p. 19).

A citação de Ladson-Billings indica a importância da compreensão dos professores acerca do tema da raça na educação, porque sua compreensão vai propiciar uma melhor compreensão para os alunos quando o debate ocorrer na sala de aula. No entanto, a minha observação da aula da professora mostrou que, algumas vezes, o próprio professor não permitiu tempo suficiente para a discussão. Este tema tem que ser cuidadosamente discutido, e dispor de tempo para os alunos expressarem as suas opiniões sobre o que é, afinal, pois é um assunto delicado. A maior parte do tempo, notei que os alunos estavam muito interessados no assunto. No entanto, em alguns momentos a professora evitou discutir o assunto e, mesmo durante o tempo que foi permitido, somente permitiram perguntas e respostas rápidas e não desafiaram os alunos para prosseguirem com a discussão. Os alunos precisam ser desafiados sobre as opiniões que eles aprendem na escola, tais como a visão oficial dos acontecimentos em torno da abolição da escravidão no Brasil. As opiniões alternativas de história precisam ser ensinadas e discutidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. The absent presence of race in educational reform.

RaceEthnicity and Education, London, v. 2, n. 1, p. 9-16, 1999.

BELL, Lee Anne. Telling tales: what stories can teach us about racism. Race Ethnicity and Education, London,v. 6, n. 1, p. 3-28, 2003.

BERND, Zila. Racismo e Anti-racismo. São Paulo: Editora Moderna. 1994.

BRANDT, Gogfrey L. The realization of anti-racist teaching. London:

Falmer Press, 1986.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos

Jurídicos. Lei Federal n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF: MEC, 2003.

Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Área de Linguagens e Códigos e suas

Tecnologias. O Conhecimento em Língua Estrangeira Moderna. Brasília, DF:

MEC/SEF, 1998a.

Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b.

Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Especial de Política de Promoção de Igualdade Racial Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC/SEPPIR, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____. (Ed.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-60.

D'ADESKY, Jaques. Pluralismo ético e multiculturalismo: racismo e antiracismo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DEI, George Jerry Sefa. Anti-racism education: theory and practice. Black Point, Nova Scotia: Fernwood, 1996.

DEI, George Jerry Sefa; CALLISTE, Agnes et al. Power, knowledge and antiracism education: a critical reader. Halifax, Nova Scotia: Fernwood, 2000. EPSTEIN, Debbie. Changing classroom cultures: anti-racism, politics and schools. Stoke-on-Trent: Trentham Books, 1993.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, K. (Ed.).

Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp,

1996. p. 79-94.

ROSEMBERG, F.; BAZILLI, C.; SILVA, P. V. B. Racismo nos livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. Educação e Pesquisa, São Paulo, 29(1), p. 125-146, 2003.

STARKEY, Hugh; OSLER, Audrey. Language learning and anti-racism: some pedagogical challenges. The Curriculum Journal, London, v. 12, n. 3, p. 313- 29, 2001.

TROYNA, Barry; CARRINGTON, Bruce. Education, racism and reform.

London: Routledge, 1990.

TROYNA, Barry; SELMAN, Libby. Implementing multicultural and anti-racist education in mainly white colleges. London: Further Education Unit, 1991. WEBB, P. Taylor. Reflection and reflective teaching: ways to improve pedagogy or ways to remain racist? Race Ethnicity and Education, London, v. 4, n. 3, p.

245-252, 2001.